

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1010575-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Imissão Na Posse - Imissão**
 Requerente: **Pagliaroni Engenharia e Construções Ltda**
 Requerido: **Glauco Pontes Filho e outro**

PAGLIARONI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ajuizou ação contra **GLAUCO PONTES FILHO E MARIA HELENA PIRES**, pedindo a imissão na posse da unidade nº 72 e das vagas de garagem nº 42 e 43 do Edifício Giardino Di Ravello, cuja propriedade adquiriu em ação de adjudicação compulsória que moveu contra o antigo proprietário. Pediu, também, a condenação dos réus ao pagamento de indenização pela ocupação indevida do imóvel.

Postergou-se o exame do pedido de tutela de urgência para momento posterior.

Os réus foram citados e não contestaram os pedidos.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344 do Código de Processo Civil), com a consequência jurídica do acolhimento do pedido. Ademais, a autora comprovou a aquisição da propriedade do imóvel, de modo que falta título jurídico aos réus, para se manterem na posse.

Desfrutando da posse de imóvel alheio, é jurídico impor aos réus o pagamento de uma contraprestação mensal pela utilização do bem, a qual deve incidir desde a data do recebimento da notificação extrajudicial até a efetiva desocupação do imóvel. O valor da indenização será fixado na etapa de cumprimento da sentença.

1010575-45.2016.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Tendo em vista que a autora está impedida de exercer os poderes inerentes à propriedade do imóvel adquirido e o perigo de deterioração do bem caso os réus sejam mantidos no local, defiro a tutela de urgência para impor aos réus a desocupação do imóvel no prazo de quinze dias.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto a imissão da autora na posse do imóvel objeto da ação, expedindo-se mandado, desde logo, para que os réus desocupem voluntariamente o bem no prazo de quinze dias. Outrossim, condeno os réus a pagarem para a autora uma renda mensal pela ocupação do imóvel, desde a data da constituição em mora, por efeito da notificação, até a efetiva desocupação, cujo valor arbitro em R\$ 1.800,00 por mês, com correção monetária desde cada vencimento e juros moratórios à taxa legal, contados desde a data da citação, no tocante às mensalidades vencidas até então, e mês a mês para as demais.

Condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de dezembro de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA